

# A mulher, o médico e as historiadoras: um ensaio historiográfico sobre a história das mulheres, da medicina e do gênero

*Women, male doctors, and female historians: a historiographic essay on the history of women, medicine, and gender*

Ana Paula Vosne Martins<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Professora, Universidade Federal do Paraná.  
Curitiba – PR – Brasil  
orcid.org/0000-0002-1715-1599  
ana\_martins@uol.com.br

Recebido em 9 ago. 2019.

Aprovado em 11 nov. 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702020000100014>

MARTINS, Ana Paula Vosne. A mulher, o médico e as historiadoras: um ensaio historiográfico sobre a história das mulheres, da medicina e do gênero. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan.-mar. 2020, p.241-264.

## Resumo

O artigo realiza um balanço historiográfico parcial sobre um campo de estudos prolífico e heterogêneo, a história das mulheres, da ciência e da medicina, articulado politicamente com o feminismo e de autoria majoritariamente feminina. Pretende apresentar as principais correntes desse campo que se constitui e consolida na segunda metade do século XX, como o contexto histórico de sua produção, definição de temas, referências teóricas, fontes e problemas de pesquisa. Tendo em vista sua extensão, o artigo concentrou-se na produção bibliográfica em língua inglesa, destacando as diferenças de abordagens e as contribuições teóricas e metodológicas mais expressivas.

Palavras-chave: historiografia; história das mulheres; medicina; ciência; gênero.

## Abstract

*The article presents a partial historiographical review of the history of women, science, and medicine, a prolific, heterogeneous field of studies that intersects politically with feminism and has been written mostly by women. This survey presents the main streams of thought in the field, which established itself in the second half of the twentieth century. It also describes the historical context in which this scholarship was produced, the topics that were defined, and the field's theoretical references, sources, and research problems. Given the vastness of this scholarship, the article focuses on writings in the English language, particularly the most expressive approaches and theoretical and methodological contributions.*

*Keywords: historiography; women's history; medicine; science; gender.*



Vocês têm noção de quantos livros sobre mulheres são escritos no decorrer de um ano? Vocês têm noção de quantos são escritos por homens? Têm ciência de que vocês são talvez o animal mais debatido do universo? ... As mulheres não escrevem livros sobre os homens. ... Por que as mulheres são, a julgar por este catálogo, muito mais interessantes para o homem do que o homem é para as mulheres? (Woolf, 1985, p.36).

Com seu estilo irônico, a escritora inglesa Virginia Woolf referia-se à imensa produção escrita sobre as mulheres que ela começara a conhecer quando autoficcionalmente iniciara uma pesquisa na biblioteca do Museu Britânico sobre o tema “mulher”. O procedimento imaginativo que é exposto no início do ensaio *Um teto todo seu*, publicado em 1928, reforça uma constatação que não foi somente da autora, mas de muitas outras escritoras, pensadoras e ativistas desde meados do século XIX.

A constatação era de que havia um profundo desequilíbrio social, político e cultural entre homens e mulheres, evidenciado por diferentes sistemas excludentes, mas particularmente no terreno da cultura. O próprio texto de Virginia Woolf começa com uma questão atinente à exclusão das mulheres da cultura literária, ou seja, por que as mulheres não escreveram com a mesma desenvoltura e autonomia que os homens? Por que elas não conseguiram construir sólidas e duradouras carreiras literárias como os escritores? Por que, afinal de contas, a problemática relação das mulheres com a escrita?

As respostas para essas e outras tantas perguntas em relação ao desequilíbrio de poder entre homens e mulheres geralmente apontam para a discrepância entre o acesso à educação, ao dinheiro e à cultura escrita, mas desde meados do século XVIII mulheres escritoras apontavam para uma discrepância fundamental, que é a autoridade da escrita masculina e seu poder em definir o que é a Mulher, uma categoria criada nos textos da tradição intelectual ocidental como objeto da imaginação e do conhecimento por sua alteridade ontológica, física e moral (Gilbert, Gubar, 1998).

Para as escritoras, ensaístas e feministas, de Mary Wollstonecraft a Virginia Woolf, essa discrepância representacional e esse poder discursivo desempenharam importante papel na história da opressão e do silenciamento das mulheres ao longo do tempo, mas seu dano maior foi na autorrepresentação incorporada (*embodied*) pelas mulheres a partir das definições e das limitações impostas pelos especialistas que se consideravam conhecedores da verdade sobre a natureza feminina.

Parte da estratégia do que se pode denominar contracultura feminista foi a contestação da autoridade da escrita sobre a Mulher, revelando seu viés de preconceitos de gênero, sua historicidade, os valores difundidos pela tradição intelectual, bem como sua efetiva contribuição na construção e na manutenção de discursos e instituições responsáveis pela desigualdade de gênero e a exclusão social, política e cultural das mulheres.<sup>1</sup> Esse olhar crítico contracultural se voltou para as mais diferentes formas de discursos e expressões – filosóficos, científicos, artísticos, religiosos –, mas houve uma inflexão sobre dois importantes conjuntos daquela escrita autorizada que Woolf menciona em seu ensaio: os discursos da ciência e da medicina.

Parte considerável da crítica feminista à modernidade procurou desmistificar as verdades científicas e médicas sobre as mulheres, procedimento ousado, afinal ciência e medicina

modernas construíram e sustentaram sua autoridade enunciativa sobre a natureza e a vida na relação de objetividade e de neutralidade com o mundo das coisas, dos fenômenos e dos seres. Portanto, considerar os discursos autorizados da ciência e da medicina como mistificações implicava uma atitude iconoclasta, desrespeitosa, parcial, trazendo-as do pináculo da verdade e da autoridade para a planície da crítica e do enfrentamento político dos contradiscursos não autorizados ou “históricos”, categoria médica aplicada às feministas em diferentes momentos históricos pelo fato de elas inverterem o sentido das palavras e dessacralizarem a verdade instituída.

Cabe ressaltar que a elaboração do pensamento crítico feminista às ciências, à medicina e igualmente à tecnologia não foi realizada da “margem”, mas por mulheres cientistas, físicas, médicas, biólogas, filósofas, bem-sucedidas em seus campos disciplinares, portanto, sua escrita crítica era de alguém que conhecia a ciência de dentro, com formação e treinamento. Segundo a filósofa Sandra Harding (1986), num livro clássico sobre a crítica feminista à ciência, houve uma mudança significativa dessa produção entre as décadas de 1970 e 1980, ou seja, de uma posição reformista para o que ela denomina uma “posição revolucionária”; de uma demanda pela inclusão das mulheres na ciência para reflexões sobre seus usos emancipatórios.

Essa produção crítica das cientistas feministas sobre gênero e ciência se deu no que Evelyn Fox Keller (1995) chama de “zonas de troca”, ou seja, estudos e reflexões produzidos a partir da inserção em seus respectivos campos disciplinares científicos, mas igualmente na contiguidade com outras áreas, como as ciências humanas e os estudos literários. É interessante observar de que forma se deu o intercâmbio conceitual entre essas áreas pelo vocabulário presente em suas publicações, tal qual o uso de conceitos desenvolvidos originalmente nas ciências humanas e nos estudos literários, como ideologia, discursos, representações, poder e principalmente o conceito de gênero.

A história das mulheres sobre a medicina e o gênero foi escrita em grande parte pelas trocas intelectuais interdisciplinares com a história da ciência produzida pelas mulheres cientistas. As historiadoras desempenharam importante papel ao tratar os discursos médicos e científicos sobre as mulheres e a feminilidade como discursos de poder e como artefatos históricos. Destarte, explica-se que o título deste artigo refira-se diretamente a uma relação entre a objetificação das mulheres, o discurso médico e suas práticas, e um saber crítico produzido majoritariamente por mulheres historiadoras, embora alguns historiadores também tenham produzido trabalhos nessa mesma linha crítica. Entretanto, como se aborda neste artigo, a escrita de uma história das mulheres sobre medicina e ciência foi, desde suas origens contraculturais, um trabalho intelectual e político realizado por mulheres feministas ou muito próximas ao feminismo. Assim sendo, não é possível escrever um artigo historiográfico sobre esse tema sem levar em consideração que se trata de um saber localizado e atravessado politicamente por linhas de gênero, de classe e de raça.<sup>2</sup>

O enfrentamento crítico à massa discursiva sobre as mulheres e a feminilidade tem sua temporalidade, e este artigo está organizado pela cronologia da história das mulheres e da problematização do gênero, o que abrange a produção engajada das décadas de 1960 e 1970; a história social das mulheres e da medicina das décadas de 1970 e 1980; e, por último, as interlocuções entre a história das mulheres, os estudos literários e culturais sobre corpo,

gênero, medicina e ciência. O cenário intelectual dessa extensa produção se restringe à porção em língua inglesa, com enfoque mais particularizado nos EUA, mas não exclusivo, tendo em vista a proximidade entre feminismo e história das mulheres naquele país, bem como sua influência teórica e metodológica em outros países ocidentais. O enfoque dado a esse cenário intelectual anglo-saxônico por razões de alinhamento teórico, contudo, não se deve ao olvido de uma parte importante e considerável de estudos críticos à ciência, à medicina e ao poder, produzidos na mesma época em outros países europeus. Como abordado neste artigo, a influência exercida por Michel Foucault e outros intelectuais pós-estruturalistas franceses foi considerável na produção anglo-saxônica sobre a história cultural do corpo, da ciência e da medicina, bem como as problematizações sobre o sujeito, o gênero, a raça e as sexualidades.

### **Uma história da opressão**

Entre as décadas de 1960 e 1970 a história das mulheres começou a se definir em contraposição à história escrita de um ponto de vista hegemônico, com o objetivo de tornar visível o lugar das mulheres no passado. Mais do que uma reação circunscrita ao meio acadêmico, iniciara-se como um projeto político das mulheres pelo direito à memória histórica e do que se pode denominar uma ação reparatória contra o apagamento e a exclusão pela escrita histórica institucionalizada. Esse discurso político não foi restrito à história das mulheres, abrangendo grupos sociais marginalizados e subalternizados, como as classes trabalhadoras, os negros, as minorias étnicas, culturais e sexuais. O contexto político contracultural do surgimento da história das mulheres foi não só de denúncia dos processos históricos de dominação e opressão no Ocidente, mas de resistência política por meio de ações coletivas, não necessariamente partidárias, de mobilização, conscientização e elaboração de um discurso de resistência, como a escrita da história do ponto de vista dos oprimidos, dos subalternos, ou da “história vista de baixo”.<sup>3</sup>

Para evitar imprecisões, é importante dizer que a história das mulheres não nasceu naquele contexto. A escrita de uma história de resgate das mulheres já se delineia na primeira metade do século XX para evidenciar méritos, protagonismos e dar visibilidade às mulheres, especialmente àquelas que se destacaram como escritoras, artistas, ativistas, profissionais, cientistas e médicas (Escandón, 1992, p.10). A história das mulheres produzida a partir das décadas de 1960 e 1970 teve vínculos estreitos com o feminismo da segunda onda, portanto, surge como uma escrita histórica marcada pelo ativismo político e a crítica contundente ao patriarcado e ao capitalismo, sendo as historiadoras marxistas ou próximas ao marxismo.

Um exemplo dessa produção feminista e marxista é o clássico livro da historiadora inglesa Sheila Rowbothan (1992), *Hidden from history: 300 years of women's oppression and the fight against it*, de 1975. Trata-se de um livro com 23 capítulos sobre a história social das mulheres na Inglaterra, do século XVII ao início do século XX, no qual a historiadora revela o que a história escrita pelos homens historiadores “escondeu”, como está explícito no título do livro, ou seja, os mecanismos de opressão das mulheres pela religião, pelo patriarcado e pelo capitalismo, mas a autora revela também a luta das mulheres por igualdade e autonomia mediante movimentos históricos como o radicalismo inglês, o socialismo e o feminismo.

A proximidade da história das mulheres como movimento feminista dos anos 1960 e 1970 é uma das chaves para compreender o interesse das historiadoras pela história da medicina; afinal, esse é um campo tradicional da história, com uma narrativa muito semelhante à da história da ciência, de heróis intrépidos na luta contra as doenças e a ignorância; uma história de conquistas, descobertas e do progresso do conhecimento médico. O cenário desse interesse feminista se deu em duas direções: primeiro, como parte da construção de um conhecimento das mulheres sobre seus próprios corpos no interior de um movimento pela reforma da saúde, como contradiscurso ao *establishment* médico e resultado de grupos de discussão, de conscientização e de circulação desse saber feminino; segundo, como resultado de uma revelação da história da medicina não como uma história de heróis, mas uma história da opressão e do controle sobre os corpos femininos. A história, portanto, não era um terreno neutro, mas um campo de forças políticas, e a escrita da história das mulheres surgia como contradiscurso à opressão e como instrumento de consciência.

Representante dessa escrita feminista de denúncia e oposição à história da opressão dos corpos femininos é o livro *Our bodies, ourselves*, do Boston Women's Health Collective, com edições ao longo de quatro décadas, sendo a última de 2011, em comemoração aos 40 anos do livro (*Our bodies...*, 1971). A origem desse projeto editorial está em grupos de discussão que começaram a ser organizados em 1969 no Emmanuel College, na cidade de Boston. Os grupos discutiam temas relativos à saúde das mulheres e à necessidade de um sistema de saúde mais adequado, acolhedor e não opressivo. A partir dessas discussões foi produzido um curso a ser ministrado para outros grupos de mulheres. Como explicam as 19 organizadoras do material, não se tratava de um trabalho acabado; deveria continuar recebendo contribuições das mulheres, servir para a ampliação da consciência das "irmãs", ajudar a construir o movimento de mulheres e ser um instrumento na luta pela construção coletiva dos cuidados à saúde, organizado e dirigido por elas. O livro, portanto, seria um instrumento não só de conhecimento sobre os corpos e as próprias mulheres, mas de mudança social, a começar pelo sistema de saúde.

Esse livro foi um marco da crítica feminista à medicina por questionar a relação do conhecimento, da profissão e das instituições médicas com o poder, a exclusão e a opressão. Esse livro e outros textos que começaram a ser publicados na época denunciavam a "ideologia do controle e da submissão", presente na maneira como os médicos tratavam as pacientes mulheres, mas, igualmente, na educação.

As feministas não estavam sós nesse posicionamento crítico. Naquele contexto se formulava uma crítica social à medicina de escopo mais amplo, denunciando as práticas iatrogênicas na sociedade capitalista, como é o caso do livro de Ivan Illich (1975). É interessante notar as semelhanças discursivas entre a crítica sociológica e feminista:

A empresa médica ameaça a saúde, a colonização médica da vida aliena os meios de tratamento e o seu monopólio profissional impede que o conhecimento médico seja partilhado. Uma estrutura social e política destruidora apresenta como alibi o poder de encher suas vítimas com terapias que elas foram ensinadas a desejar. ... A invasão da medicina não conhece limites. Uma sexocracia de médicos, com a cooperação de clínicos, de professores e de laboratórios, laiciza e escolariza a sexualidade. E ao ortopedizar a consciência corporal, reproduz o homem assistido até nessa área íntima (Illich, 1975, p.9).

As ideias de Illich e de outros contemporâneos antissistema, como Herbert Marcuse, convergiam com a crítica feminista no que consideravam ser uma ação política contra a medicalização da vida. Para as feministas do movimento pela saúde das mulheres, a ideologia médica se expressava particularmente por meio da mistificação do conhecimento e da profissão médica, pela objetificação das mulheres pacientes e pela alienação das mulheres e de seus próprios corpos. Assim, estabelecia-se uma conexão histórica entre a opressão das mulheres, o conhecimento médico e a exploração econômica capitalista, conexão que se tornou objeto da escrita da história das mulheres e da medicina.

Uma das publicações mais emblemáticas dessa escrita histórica não foi produzida por historiadoras, mas exerceu grande influência na história das mulheres nas décadas de 1970 e 1980, sendo referência na interpretação da história da medicina como uma história da opressão das mulheres e de seus corpos. Barbara Ehrenreich e Deirdre English são duas ativistas feministas, bióloga e jornalista, respectivamente, que em 1972 ministravam cursos sobre questões relativas à saúde das mulheres na Universidade do Estado de Nova York. Da mesma forma, portanto, que o grupo das feministas de Boston, elas foram ativistas do movimento feminista pela saúde da mulher, defendendo que as mulheres tomassem de volta um poder curativo que no passado havia sido seu monopólio, segundo interpretação das autoras. A partir dessa experiência e da pesquisa bibliográfica que realizaram para os cursos, escreveram dois livretos, como elas mesmas caracterizam as publicações: *Witches, midwives and nurses: a history of women healers* (1973) e, como complemento do primeiro, *Complaints and disorders: the sexual politics of sickness* (1974), ambos publicados por uma editora feminista de Nova York, The Feminist Press.

As autoras explicaram que esses livretos não tinham nenhuma pretensão acadêmica, a não ser servir como material de discussão para grupos de mulheres, tendo circulado bastante entre as leitoras antes de ser publicados e contado com a contribuição de alunas dos cursos e leitoras, em sua maioria mulheres que atuavam na área de saúde (como enfermeiras e assistentes de enfermagem) ou que tinham experiência nos cuidados de saúde como mães e curandeiras.<sup>4</sup> Os dois livros recorrem à história como forma de explicar o que chamam de ideologia sexista da medicina. O primeiro narra o que as autoras consideram a supressão histórica das mulheres das práticas de cura pelos médicos, como parte de uma luta dos sexos e de classe. O segundo analisa a ideologia médica e as justificações biológicas da fragilidade e inferioridade femininas, definindo as mulheres como doentes e sustentando a discriminação sexual e as suas limitações na vida pública.

O primeiro livro teve mais repercussão e influência do que o segundo, e isso se explica pelo fato de que ele criou uma narrativa histórica para a exclusão das mulheres das práticas curativas e de cuidados com a saúde; recriou um passado de saber e de protagonismo que as autoras consideravam ter sido exclusivo das mulheres.

As mulheres sempre foram curandeiras. Foram médicas não licenciadas e anatomistas na história do Ocidente. Foram farmacêuticas que cultivavam ervas e trocavam entre si os conhecimentos sobre seus usos. Foram parteiras, se deslocando de casa em casa, de aldeia em aldeia. Durante séculos as mulheres foram médicas sem títulos, licenças, livros ou qualquer outro conhecimento que não tenha sido aprendido e transmitido entre elas e entre vizinhas, mães e filhas. Eram chamadas de 'mulheres sábias' pelo

povo; feiticeiras e charlatãs pelas autoridades. A Medicina faz parte de nossa herança como mulheres, nossa história, nosso direito (Ehrenreich, English, 1973, p.3).

A reivindicação de um passado de médicas, farmacêuticas, anatomistas e parteiras teve forte significado político naquele contexto do movimento pela saúde das mulheres, com seu tom crítico à autoridade e às instituições médicas e a mobilização para que as mulheres se conscientizassem de suas capacidades para cuidar de si ou procurar cuidados mais especializados e humanizados de outras mulheres que não as vissem como objetos pacientes nem como seres limitados por sua biologia. O livreto de Ehrenreich e English foi além, ao recriar um passado feminino de “mulheres sábias” esquecido pela história oficial da medicina, um passado que foi palco de uma longa luta de sexos e de classes, vencida pelos teólogos e pelos médicos que perseguiram e suprimiram as “mulheres sábias” e seus saberes, fosse pela caça às bruxas, fosse pela institucionalização da medicina. Como defendem na introdução do livro, a posição subalterna e paciente das mulheres no sistema de saúde no presente nada tinha de “natural”, era uma condição que tinha de ser explicada e podia ser transformada pelo conhecimento do “passado feminino” e pela ação política feminista no presente. Essa era a função do livro.

Além de ser um instrumento de conscientização, o livro de Ehrenreich e English teve repercussões consideráveis na história das mulheres que deu continuidade à mesma narrativa sobre um passado feminino espoliado pela opressão masculina. O livro foi e ainda é uma referência da história das mulheres e da medicina, bastante conhecido nos cursos sobre história das mulheres e no curso de enfermagem, embora apresente uma interpretação muito peculiar do passado das práticas médicas. Por não ser uma investigação histórica, mas um discurso histórico-político, as autoras fizeram uma interpretação muito livre de fontes como *O martelo das feiticeiras*, manual inquisitorial publicado em 1487, em particular no que trata da perseguição às parteiras denunciadas como feiticeiras e consideradas perigosas por seus conhecimentos botânicos e mágicos. A lista de suas fontes primárias é exígua, o citado manual inquisitorial, o livro de Jules Michelet, *A feiticeira*, de 1862, e uma autobiografia de Harriot Kezia Hunt, ativista dos direitos das mulheres e a primeira mulher a praticar medicina profissionalmente nos EUA no século XIX. As outras fontes são bibliografia produzida na primeira metade do século XX sobre a história da medicina e sobre a caça às bruxas na modernidade.

De acordo com a medievalista Monica H. Green (2008), as afirmações presentes no livro de Ehrenreich e English foram construídas a partir de leituras não críticas às fontes primárias e secundárias, bem como ignoraram ou desconheciam a existência de outras fontes tardo-medievais e renascentistas sobre práticas curativas, incluídas as ginecológicas e obstétricas, que mostram não terem sido elas monopólio das mulheres e das parteiras. A importância desse livro não está na sua contribuição aos estudos sobre práticas curativas ou mesmo sobre a história das mulheres e da saúde, mas em ter criado uma narrativa feminista sobre um passado de conhecimentos e práticas curativas sobrepujado por uma luta pelo domínio dos médicos, concomitante ao processo de dominação médica e subalternização social das mulheres. Concordando com Green, a narrativa carece de base documental e de fundamentação histórica, embora tenha sido bastante convincente num cenário crítico

às instituições médicas e, principalmente, pela ideia política de que as mulheres poderiam recriar no presente o mesmo protagonismo e assertividade de suas antepassadas parteiras e curandeiras. Cabia às mulheres do presente fazer justiça ao passado e retomar a luta contra a dominação médica dos corpos femininos.

Algumas historiadoras feministas seguiram essa interpretação da história da medicina como história da opressão, e nos limites deste artigo aponta-se para dois conjuntos de investigações: a interpretação histórica dos tratamentos médicos desenvolvidos a partir dos séculos XVIII e XIX, com ênfase na ginecologia; e as pesquisas sobre as parteiras, bem como a sua substituição pelo médico obstetra.

É importante enfatizar que o tema das especialidades médicas sobre o corpo feminino também foi objeto de outro livro de Ehrenreich e English (2003), publicado em 1978, tratando de assuntos como a caça às bruxas, a substituição das parteiras pelos obstetras e ginecologistas, os discursos médicos sobre a sexualidade feminina e sobre a maternidade, bem como o dos pediatras sobre o cuidado com as crianças e, por fim, o discurso psicanalítico. Da mesma forma que o primeiro livro, esse também se tornou uma importante referência para a história das mulheres, sendo um trabalho de pesquisa mais ampliado, com recurso a um número mais expressivo de fontes primárias e também de bibliografia mais recente, ou seja, da década de 1970. No entanto, a narrativa da opressão continua a dar sentido à produção médica de aconselhamento, nesse caso, seguindo mais de perto o segundo livro, *Complaints and disorders* (Ehrenreich, English, 1974), que trata das teorias médicas e científicas sobre o corpo feminino, mas sem nenhuma referência às mulheres médicas ou às diferentes maneiras como as mulheres receberam, apropriaram-se ou simplesmente ignoraram os conselhos e ordens médicos.

Um dos primeiros trabalhos nessa linha interpretativa é de Ann Douglas Wood (1973), cujo artigo publicado numa prestigiada revista norte-americana de história é contemporâneo aos livros de Ehrenreich e English e considerado uma referência para a história das mulheres e da medicina.<sup>5</sup> Seu artigo se insere na produção histórica a respeito das teorias médicas e científicas sobre a feminilidade e suas consequências para a vida das mulheres e como justificativa do seu confinamento ao espaço doméstico e às limitações de ambições intelectuais e profissionais. O foco do artigo se ajusta para as definições médicas das doenças femininas e seus respectivos tratamentos, defendendo o argumento de que a medicina oitocentista se organizou como uma medicina punitiva ou corretiva do corpo feminino. Wood se volta particularmente para publicações médicas que abordaram as chamadas doenças femininas, ou seja, os distúrbios menstruais e doenças dos órgãos reprodutivos. A partir da análise do discurso médico e dos tratamentos que indicavam às suas pacientes, como sangrias, injeções, cauterizações e repouso absoluto (*rest cure*), a autora afirma ser a ginecologia uma medicina punitiva, opressora, exercida por homens que viam com suspeita e desconfiança a sexualidade feminina e definiam as mulheres como doentes porque sua natureza seria limítrofe, susceptível à doença. As mulheres deveriam, portanto, submeter-se à autoridade médica, seguindo suas ordens e permanecendo, segundo essa interpretação, prisioneiras em seus corpos controlados, submetidas ao poder médico.

Essa imagem de prisão é bem explorada por Wood ao analisar a terapia da *rest cure*, ou repouso absoluto, desenvolvida pelo neurologista americano Silas Weir Mitchell para tratar



a histeria e outros tipos de doenças nervosas. Essa terapia foi usada também para tratar homens neurastênicos, mas foi amplamente usada por Mitchell e outros médicos do final do século XIX em tratamentos de mulheres histéricas e anoréxicas. Resumidamente, a *rest cure* consistia em confinamento da paciente por seis ou oito semanas, completamente isolada da família, submetida a uma dieta bastante calórica para ganhar peso e sem fazer nenhuma atividade, nem mesmo leitura ou desenho, ou qualquer tipo de movimento, permanecendo no leito, algumas vezes à força. A ideia era quebrar qualquer resistência da paciente em manter seus hábitos doentios ou femininos, de acordo com Wood.

Seu artigo aponta ainda para as resistências à medicina punitiva, como as médicas do século XIX contrárias ao *establishment* médico, críticas aos mecanismos de controle profissional e aos tratamentos usuais para as mulheres, que muitas delas consideravam ser perigosos à saúde. Wood também traz para o artigo as reações das médicas ao que consideravam excessos intervencionistas nos corpos femininos, como certos exames visuais na obstetrícia e na ginecologia e as cirurgias ginecológicas. Fazendo eco às ideias críticas do movimento feminista da década de 1970, a autora cita a escritora e feminista Elizabeth Stuart Phelps, uma reformadora social e ardorosa crítica da vivisseção: “A mulher não precisa ser prisioneira em seu próprio corpo doente esperando pela chegada de seu salvador, o homem; pelo contrário, pode curar a si mesma, apoiar seu próprio sexo e cuidando de outras mulheres dar a elas uma nova forma de autoestima” (Wood, 1973, p.52).

De acordo com a revisão crítica de Martha H. Verbrugge (1976), o problema dessa interpretação da medicina punitiva é sua visão limitada e simplificada do processo histórico, como se fosse um campo de luta entre contendores absolutamente desiguais. De um lado, as pacientes passivas e vítimas, de outro, os médicos opressores e dominadores; uma história de vilões, vítimas e heroínas como Phelps.

A leitura de Verbrugge é bastante acurada em sua crítica porque estudos como os de Ehrenreich, English e Wood tomaram as prescrições e o discurso médico como efeitos imediatos de práticas sobre os corpos, a vida e a autoimagem das mulheres no passado, e não como ideias dos médicos e de seus valores. Isso se deve, em grande medida, ao fato de terem usado como fontes históricas somente os artigos e os tratados médicos, ou então manuais médicos de aconselhamento que, segundo Jay E. Mechling (1976), num artigo antecipador da crítica aos usos que historiadoras(es) fazem desse tipo de fonte, por si só não são evidências plausíveis de que suas ideias, valores e prescrições tenham efetivamente afetado o comportamento das pessoas, ou das mulheres. Para o autor, o significado do discurso médico ou de qualquer discurso oficial e normativo, não é óbvio, nem imediato, nem necessário.

Outra crítica pertinente é da historiadora Ornella Moscucci (1993), autora de um importante e bem realizado estudo sobre a história da medicina e o gênero. A autora alerta para uma questão metodológica que complementa as críticas anteriores de Verbrugge e de Mechling. Segundo Moscucci, as interpretações a respeito da história da medicina como uma história da opressão com suas terapias punitivas não têm evidências suficientes quando se expande o corpo documental. Ao analisar documentação hospitalar, como registros de pacientes, ou então diários e cartas de pessoas que se submeteram a tratamentos médicos no século XIX, Moscucci afirma que tratamentos mais invasivos e terapias

rigorosas, como a mencionada *rest cure*, não foram exclusivas às mulheres, pois muitos homens foram submetidos a elas quando apresentavam algum comportamento sexual considerado anômalo, como a masturbação, por exemplo. O uso de substâncias químicas, como quinino e calomel, ou do eletrochoque foi indicado para mulheres e homens; e as cirurgias ginecológicas, tão criticadas por reformadoras da saúde e feministas, foram praticadas também por médicas.

Nessa mesma direção crítica destaca-se a investigação de Wendy Mitchinson (1982) sobre cirurgias ginecológicas para tratamento de doenças mentais. A autora antecipa as críticas de Moscucci ao lembrar que não houve unanimidade entre os médicos no recurso à cirurgia ginecológica porque a profissão médica estava dividida entre intervencionistas e não intervencionistas em meados do século XIX. Mitchinson chamava a atenção para as complexidades das motivações que dividiam as práticas médicas, ou seja, a profissão médica não era um *front* unido.

Como destacam Mitchinson e Moscucci, não se pode afirmar que houve uma prática médica punitiva contra as mulheres porque não havia consenso sobre tratamentos e teorias médicas no século XIX, como também a profissão médica naquele contexto não era padronizada. A entrada das mulheres na profissão médica é outra evidência histórica importante a colocar em xeque aquelas interpretações, pois como explica Regina Morantz-Sanchez (1985), se houve médicas *antiestablishment*, antielitistas, anti-intervencionistas, feministas e adeptas de terapias alternativas, houve também aquelas que procuraram se adequar aos padrões da profissão médica e que não defendiam a necessidade de haver uma “medicina para as mulheres”, ou seja, não consideravam que somente mulheres médicas deveriam curar mulheres, um discurso político mobilizador no século XIX e das historiadoras feministas das décadas de 1960 e 1970.

Outra linha de investigação da história da medicina como história da opressão trata da entrada dos médicos na obstetrícia e do conseqüente afastamento e desvalorização das parteiras. Essa foi uma das teses mais mobilizadoras dos livros de Ehrenreich e English, reproduzida em publicações sobre a história do parto e das parteiras a partir da década de 1980 e ainda muito presente nos cursos de história das mulheres e de enfermagem. A tese é de que o monopólio das parteiras para cuidar das mulheres grávidas e em trabalho de parto foi rompido na Modernidade com a institucionalização da medicina e seus mecanismos excludentes, como a produção de conhecimento restrito às universidades fechadas às mulheres, o desenvolvimento de um aparato técnico que permitia intervenções cirúrgicas mais ousadas na obstetrícia e o fechamento das práticas médicas a quem não dominasse a linguagem, os códigos e os conhecimentos profissionais. Como as parteiras não faziam parte de uma profissão formalizada, foram desqualificadas pela profissão médica e marginalizadas. A tese da história da opressão explica, portanto, a vitória dos médicos na obstetrícia como resultado de uma luta contra as mulheres comuns e seus saberes; como uma luta entre os sexos na qual a opressão das mulheres e seu confinamento social decorreram da organização do poder médico e masculino. Em termos conceituais, a derrota das parteiras foi mais um capítulo da organização histórica do patriarcado e do capitalismo.

Sobre a história do parto e das parteiras, dois livros merecem ser destacados como pioneiros: o livro de Jean Donnison, publicado em 1977, sobre parteiras e médicos na

Inglaterra desde o século XVII; e o livro de Jane B. Donegan, sobre mulheres, médicos e a obstetrícia nos EUA da época colonial ao século XIX, publicado em 1978. Mesmo sendo dois livros de experientes historiadoras, a tese da opressão e luta entre mulheres e homens, parteiras e médicos predomina, como fica evidente já nos títulos dos livros, com referência à misoginia (Donegan, 1978) e à luta (Donnison, 1977). As duas historiadoras reforçam as teses do monopólio das parteiras nas sociedades antigas e pré-capitalistas no atendimento ao parto; da ascensão profissional dos médicos por meio da formação e do controle do conhecimento, bem como do desenvolvimento de instrumentos e de técnicas cirúrgicas; e da discussão sobre qual atendimento seria o mais apropriado às mulheres, se o das parteiras e das médicas, ou dos médicos obstetras.

Livros como esses e outros que foram publicados na década de 1980 reforçam, portanto, as duas principais teses enunciadas por Ehrenreich e English: o parto foi uma experiência partilhada somente entre mulheres até a Modernidade, quando começaram a ser perseguidas pela religião ou condenadas pelo saber médico como mulheres ignorantes; a história do parto é uma história de rivalidade entre um saber feminino ancestral e o saber médico usurpador; entre a sabedoria empírica das parteiras e o conhecimento médico especializado do parto e do corpo feminino.

É importante destacar que essa produção histórica feminista trouxe contribuições indiscutíveis, como a problematização histórica do parto, dos cuidados com a saúde, dos debates e polêmicas sobre teorias médicas e científicas a respeito da reprodução e do corpo feminino. Também houve contribuições metodológicas ao alargar o corpo documental sobre esses temas, como os tratados médicos e morais, artigos especializados, ensaios, textos publicados na imprensa, registros hospitalares, legislação e documentos de natureza biográfica, como diários, cartas e mesmo autobiografias.

Entretanto, conforme Green (2008), uma parte importante da história da medicina e do parto não foi contemplada por essa historiografia feminista. Antes da institucionalização da profissão médica e de seu controle sobre a obstetrícia a partir dos séculos XVIII e XIX, homens e mulheres praticavam as artes de curar. Green explica que há muitas fontes a partir do século XIII, indicando que tanto as mulheres praticaram a medicina e escreveram obras médicas, embora fossem minoria, quanto os médicos escreveram sobre partos e também atenderam mulheres. Houve, sem dúvida, competição, mas a documentação para o período tardo-medieval e renascentista não traz evidências do monopólio exercido no passado pelas parteiras.

Na mesma direção, historiadoras orientadas por uma interpretação social e cultural da medicina chamaram a atenção para a limitação da tese da história da opressão ou da medicina punitiva. Sem dúvida, as teorias médicas e científicas sobre a natureza feminina, elaboradas a partir do século XVIII, são evidências de um conhecimento fortemente marcado por valores de gênero, de classe e de raça, que tiveram forte influência na moral, na educação, nas práticas médicas e mesmo na cultura. Não obstante, há outras variáveis que complexificam bastante a leitura sobre as relações entre saberes e práticas, entre ideologia e experiências individuais, entre o poder e a pluralidade da vida das pessoas e de suas visões de mundo. Foi com o objetivo de entender a complexidade das relações entre medicina, sociedade e cultura, que a história das mulheres recorreu ao aporte teórico e conceitual da

história social, dando início a um conjunto bastante diversificado de investigações sobre esses temas.

### **A história social das mulheres e da medicina**

Apesar da predominância da narrativa da história da opressão, estudos que começaram a surgir ainda na década de 1970 ampliaram o foco analítico, considerando outras variáveis sociais para além das diferenças sexuais e mesmo ultrapassando uma visão dicotômica da história a opor opressores (médicos) e vítimas (mulheres). Nessa nova abordagem social, a medicina passava a ser considerada um saber e uma prática moldados pelas forças sociais e econômicas; produtora de teorias sobre a saúde e as doenças que não estavam isentas de valores ideológicos. A medicina seria, portanto, um campo de forças históricas e sociais, e não uma prática objetiva e imparcial acima das injunções do tempo e da sociedade.

Não é possível fazer uma recensão crítica da história social das mulheres e da medicina, tamanha a quantidade de publicações entre as décadas de 1970 e 1990. Seria como entrar num imenso labirinto historiográfico. Como bem colocou Randall McGowen (1991) houve uma proliferação de “subespecialidades” na história social da medicina nas décadas finais do século XX, sendo uma delas a história social das mulheres e da medicina. Assim, o enfoque neste artigo será sobre alguns trabalhos que trouxeram contribuições teóricas e metodológicas nesse campo, representantes de um conjunto de outros tantos trabalhos que trouxeram inovações para a história das mulheres, da saúde e da medicina.

Os primeiros trabalhos de história das mulheres a problematizar as influências sociais e ideológicas na medicina foram de autoria de Carroll Smith-Rosenberg, historiadora e psiquiatra. Seus primeiros e influentes trabalhos foram artigos, publicados na década de 1970, portanto contemporâneos à interpretação da história da opressão (Smith-Rosenberg, 1972; Smith-Rosenberg, Rosenberg, 1973). No entanto, diferentemente dessa leitura da história, seus artigos recorrem à análise sociológica para compreender as múltiplas variáveis presentes na produção do conhecimento médico sobre a sexualidade feminina, o corpo e as doenças das mulheres. São artigos que tratam das teorias biológicas sobre a sexualidade e suas relações com os discursos ideológicos oitocentistas a respeito do lugar social das mulheres; as teorias médicas a respeito de doenças consideradas femininas, como a histeria; e um conjunto de textos médicos produzidos sobre a “natureza feminina” e suas relações com papéis e valores sociais. Suas publicações tratam das relações de poder entre médicos e pacientes; no entanto, a maior contribuição é a análise das relações entre a medicina, suas teorias, práticas e ideologias. Decorrente dessa abordagem estrutural das relações sociais e de poder foi compreender a medicina também como ideologia, com seus valores e padrões sobre doença e saúde, normalidade e patologia, e de como as pessoas faziam uso da ideologia médica, não se tratando de uma concepção maniqueísta de poder.

Os artigos de Smith-Rosenberg são uma boa medida para perceber a diminuição do interesse pela história da opressão. O uso de referências teóricas sociológicas, como o construtivismo social e o marxismo, levou ao abandono das explicações dicotômicas da história da opressão para a adoção de uma visão de história mais dinâmica e conflituosa.

Mesmo reconhecendo a força da ideologia médica na definição e limitações da feminilidade, historiadoras como Smith-Rosenberg passaram a incluir na análise as reações das mulheres às ideias deterministas presentes nas teorias biológicas e mesmo aos tratamentos indicados pelos médicos.

Uma seleção de textos que representa bem essa mudança de enfoque da história social da medicina e das mulheres é a coletânea organizada por Judith Walzer Leavitt (1999), cuja primeira edição é de 1984, que faz um balanço dessa produção historiográfica e na qual foi republicado o primeiro artigo de Smith-Rosenberg. Trata-se de um trabalho coletivo de fôlego, com 692 páginas, trazendo ao final uma lista de publicações das décadas de 1970 e 1980 abrangendo temas como a imagem do corpo, sexualidade, controle da natalidade, aborto, parto, maternidade, doenças femininas, formação e atuação de profissionais dos cuidados de saúde, como parteiras e enfermeiras, reformas de saúde pública, doenças e seus tratamentos. A lista é bastante longa e representa bem a própria estrutura do livro.

Essa publicação mostra a mudança de direção da história das mulheres e da medicina, em especial num aspecto ausente na produção anterior: a presença das experiências femininas que até então foram pensadas como parte da história do controle das mulheres pelos médicos, como a gravidez, o parto, a maternidade, ou seja, experiências relacionadas ao determinismo biológico, às limitações sociais das mulheres e à opressão. Os capítulos dessa extensa coletânea não negam que essas experiências vividas pelas mulheres no passado tenham sido fontes de sofrimentos, limitações, controles e opressão social, mas a compreensão da dinâmica das relações sociais e das diferenças sociais e raciais entre as mulheres levou ao questionamento de um pressuposto básico da história da opressão, o de que todas as mulheres tiveram uma experiência comum em relação ao corpo, à saúde e às doenças, mediada pelo controle médico.

Os textos dessa coletânea revelam experiências muito mais complexas porque não categorizam as mulheres como vítimas passivas. Pelo contrário, tratam da diversidade social e racial entre as mulheres e o quanto essas distinções desempenharam importante papel na maneira como elas lidaram com questões de saúde e doença, gravidez, parto, aborto, controle da natalidade, trabalho, exercícios físicos, dietas e acesso aos médicos e seus tratamentos. Outra questão importante é a formação das mulheres médicas, parteiras e enfermeiras, um tema bastante explorado pela história social das mulheres. Sem diminuir o interesse pelos discursos médicos e seu poder, os diferentes textos dessa coletânea deslocam a ênfase para a agência feminina, para uma história social das mulheres em sua relação com o corpo e com o poder médico:

Se a biologia tem sido usada para confinar as mulheres à esfera doméstica, as historiadoras e pesquisadoras perceberam a necessidade em estudar e compreender este processo que foi aperfeiçoado e ampliado pelas experiências das mulheres. ... O reconhecimento da agência das mulheres, abrangendo o biológico e o social, tem sido um importante corretivo às nossas interpretações do passado. ... Não tratamos de um contexto, mas de muitos contextos, compreendemos que as mulheres compõem um variado grupo social, vivendo em diferentes realidades sociais ao longo do tempo e todos esses contextos requerem análise com a finalidade de entender a diversidade da Mulher (Leavitt, 1999, p.4, 6).

Apesar dessa mudança de enfoque para a agência feminina na produção historiográfica dos anos 1980, ainda prevalecem muitos estudos sobre os médicos, suas ideias e os tratamentos que indicaram para as mulheres. Estudos sobre tratamentos para doenças consideradas femininas, como de Smith-Rosenberg (1972) sobre a histeria; de Joan Brumberg (1989) sobre o tratamento para a anorexia; de Groneman (2001) sobre a ninfomania; de Mitchinson (1982) sobre tratamentos obstétricos e ginecológicos; de Patricia A. Vertinsky (1994) sobre discursos médicos a respeito dos exercícios físicos; e de Sheila Rothman (1994) sobre a tuberculose, são alguns exemplos da permanência desse tipo de abordagem sobre o poder médico nas definições e intervenções sobre a saúde e as doenças femininas.

Um dos trabalhos mais inovadores da história social das mulheres e da medicina com enfoque na profissão médica e na agência feminina é o livro de Regina Morantz-Sanchez (1985) sobre as mulheres médicas nos EUA. Essa publicação representa uma inovação na produção historiográfica por aproximar as duas abordagens da nova história social da medicina: a formação e produção médica; e a agência feminina na medicina. O livro resulta de uma sofisticada investigação sobre a vida social, econômica e as transformações culturais nos EUA num longo período – 300 anos – articuladamente às transformações na família e nos papéis de gênero, bem como em diferentes níveis: o indivíduo, a família, a organização da profissão médica, a burocracia e o Estado. Além disso, a autora aproxima a análise de fundo sociológico à crítica feminista à ciência, especialmente ao introduzir na análise a categoria gênero, sendo um dos primeiros trabalhos na história social das mulheres e da medicina a operar com essa categoria.

O uso da categoria gênero foi decisivo para a compreensão dos diferentes valores culturais presentes no envolvimento das mulheres com as práticas de curar e com a profissionalização médica. O gênero, definido como categoria da diferença sexual e como significado das relações de poder, permitiu à autora romper com imagens idealizadas do passado, como o monopólio das mulheres nas artes de curar e na obstetrícia, tema caro à história da opressão. Da mesma forma, os discursos de gênero possibilitaram compreender os argumentos e as contradições presentes nos debates sobre a aceitação ou negação da entrada das mulheres na profissão médica.

Ao evitar as armadilhas da dicotomia da diferença sexual, Morantz-Sanchez realizou uma análise não só da agência feminina na medicina, mas das diferenças entre as mulheres médicas relativas à participação em movimentos reformadores referentes à saúde e a qual modelo de medicina deveriam exercer, suas atitudes em relação à profissão médica e sobre as relações com as(os) pacientes, como também as ideias daquelas profissionais a respeito do nascente movimento pelos direitos das mulheres e, principalmente, sobre os papéis sociais das mulheres. A autora mostra como o envolvimento ativo das mulheres com o movimento reformador pela saúde e pela profissionalização médica apresentava posições ideológicas progressistas e conservadoras, muitas vezes pela mesma pessoa; ou seja, uma contribuição importante da pesquisa de Morantz-Sanchez foi usar a categoria gênero para questionar a noção de unidade histórica feminina pela opressão e dominação a partir de um grupo profissional não homogêneo nem monolítico, formado por mulheres médicas.

Também sobre a profissão médica e o gênero, o livro de Ornella Moscucci (1993) é uma abordagem inovadora da história social da medicina. O livro é resultado de uma investigação

sobre a organização da ginecologia na Inglaterra oitocentista. Trabalhos sobre a obstetrícia e a ginecologia já tinham tradição na história social das mulheres e da medicina; afinal, essas especialidades médicas constituíram um corpo documental significativo sobre as teorias da natureza feminina e dos tratamentos médicos que foram exaustivamente analisados nas décadas de 1970 e 1980 como evidências do poder médico e da medicina punitiva. A diferença da pesquisa de Moscucci reside no seu aparato teórico, articulando as categorias classe e gênero para compreender a organização de uma especialidade médica sobre a especificidade sexual do corpo feminino.

Crítica à história da opressão e da ideia de que a ginecologia e a obstetrícia seriam expressões de uma medicina punitiva, Moscucci recorre às críticas feministas à ciência desenvolvidas por cientistas como Evelyn Fox Keller, Sandra Harding e Ruth Bleier, para compreender as polêmicas em torno da profissão médica no século XIX e sua relação com os debates sobre as diferenças sexuais e os papéis de gênero. Sua investigação revela, por um lado, a padronização dos discursos médicos sobre a natureza feminina, tema que, desde meados do século XVIII, requeria a atenção de naturalistas, filósofos, moralistas e médicos, contextualizando, do ponto de vista da história das ideias e dos conceitos, o surgimento de uma ciência do feminino, a ginecologia. Por outro lado, a pesquisa envereda pelo terreno dos conflitos e das indeterminações na definição dos contornos das especialidades do corpo feminino, a obstetrícia e a ginecologia. Moscucci mostra como esse processo foi atravessado por polêmicas, a começar pela própria ideia de uma medicina das especialidades *versus* uma medicina generalista; as questões morais relativas à entrada dos médicos na cena do parto; a realização de exames médicos; o uso do fórceps pelos obstetras; e o debate sobre as competências de parteiras, médicos e médicas no atendimento às mulheres.

Outra discussão importante é sobre a institucionalização da medicina da mulher (obstetrícia e ginecologia) com o surgimento dos hospitais de mulheres na Inglaterra, como também de associações e publicações médicas dessas especialidades. Moscucci mostra como a discussão sobre a medicina da mulher requer o uso das categorias classe e gênero articuladamente ao analisar a clientela dos hospitais e das maternidades, majoritariamente mulheres das classes trabalhadoras e pobres. Por fim, outro terreno conflituoso são as práticas e terapêuticas, geralmente tratadas pela historiografia como uniformes e padronizadas. Moscucci revela as polêmicas e as tensões que dividiram a profissão médica quanto ao uso de instrumentos como o fórceps e o espécuro, o uso da anestesia nos partos e, principalmente, o debate intenso sobre a cirurgia ginecológica, especialmente a ovariectomia.

Moscucci mostra que, do ponto de vista epistemológico, a ginecologia contribuiu eficazmente para a permanência do determinismo biológico na definição da feminilidade e, conseqüentemente, do ponto de vista ideológico, para as limitações sociais das mulheres. Entretanto, a grande diferença em relação à interpretação da história da opressão é que Moscucci mostra como a profissão médica esteve longe de ser monolítica e uniforme e como os valores de gênero desequilibraram os debates sobre a medicina da mulher.

Livros como o de Morantz-Sanchez e o de Moscucci são inovadores na historiografia pelo uso do gênero como uma categoria da indeterminação histórica, e não de uma suposta estabilidade identitária, a Mulher ou o Médico. A análise histórica e sociológica das ideias, dos valores e das práticas revelou que, além de um projeto calculado de poder e de dominação

masculina sobre os corpos e a liberdade das mulheres, havia diferenças sociais e culturais, divisões profissionais e respostas diferenciadas tanto de médicos e médicas em relação à prática profissional quanto das mulheres que, por necessidade ou por imposição, tiveram que se submeter aos tratamentos e se adequar às definições de normalidade e de saúde, o que não significou necessariamente opressão, submissão ou adesão incondicional.

### **Gênero, corpo, história<sup>6</sup>**

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico (Foucault, 1985, p.148-149).

Nas últimas duas décadas do século XX, a disciplina histórica foi atravessada por uma avalanche de polêmicas e debates a respeito da prática e da escrita histórica, tendo como pano de fundo o novo historicismo e seu método crítico da história e da cultura (Greenblat, 1991), a “virada linguística”, com a ênfase nos estudos sobre cultura, história e linguagem, a antropologia cultural e o pensamento antiessencialista de Michel Foucault em suas reflexões sobre as relações poder/saber. Mesmo correndo o risco de reducionismo, é possível encontrar uma convergência nesses diferentes campos e autores: o interesse e o foco analítico sobre o corpo, algo compreensível no pensamento crítico à ciência e à cultura ocidentais, cuja tradição se constituiu pela oposição binária entre razão e emoção; mente e corpo; masculino e feminino; natureza e cultura.

Nesse contexto de crítica ao estruturalismo e ao determinismo social e econômico vigente na história social, historiadoras e historiadores inclinados à interdisciplinaridade e ao questionamento dos paradigmas filosóficos modernos das humanidades se voltaram para um tema que já havia sido objeto da etnologia e da antropologia cultural, com os estudos pioneiros de Marcel Mauss (1974), Mary Douglas (2012) e também Clifford Geertz (2008). Pensar o corpo não como um referente material-biológico ou essencial do humano, mas como lugar social e cultural dotado de história, passou a ser um desafio enfrentado pelas(os) historiadoras(res).

A história do corpo não é exatamente um terreno novo, se lembrarmos de Norbert Elias e mesmo de Marc Bloch em seus estudos sobre o processo civilizador e sobre o poder taumaturgico dos monarcas ingleses e franceses. A “virada somática”<sup>7</sup> na história se deu entre as décadas de 1980 e 1990, e é a partir desse contexto intelectual que se vai tratar aqui da produção historiográfica sobre o corpo, o gênero, a ciência e a medicina. Trata-se de uma produção bastante diversificada sobre diferentes experiências, conhecimentos e



vivências relativas aos corpos, abrangendo condições (corpos em risco, no trabalho, no lazer, no sexo, em sofrimento, nos rituais), experiências (corpo doente, louco, santo, negro, feminino, gay, lésbico, pária) e expressões (o corpo na arte, literatura, ciência, medicina, nas mídias e tecnologias) (Cooter, 2010).

Dessa diversificada produção histórica destaca-se a abordagem de gênero sobre corpo, ciência e medicina. Essa abordagem se relaciona com a política do feminismo e suas expressões intelectuais e acadêmicas, mas também com os diálogos entre o feminismo e a obra de Michel Foucault, especialmente no que diz respeito ao antiessencialismo e à crítica de Foucault à tese repressora e localizada do poder (Bordo, 1997).

É necessário fazer um breve desvio de curso, no entanto, para tratar de um livro ambicioso já em seu título – *A history of women's bodies* – de autoria do historiador canadense Edward Shorter (1984), sendo a primeira edição de 1982. É interessante notar que uma publicação com essa temática não tem relação com a história social das mulheres e da medicina, pelo contrário, é uma refutação tanto à história da opressão como às interpretações da história social das mulheres a respeito das relações entre a ideologia médica, as teorias biológicas e o lugar subalterno das mulheres na sociedade. O livro apresenta uma quantidade impressionante de fontes, como publicações médicas, receitas e canções populares, provérbios, dados estatísticos e diversas informações sobre o que o autor chama de uma história da realidade corporal das mulheres comuns na Europa, num amplo arco temporal, que vai do século XVI ao XX.

O argumento principal do livro é que, antes de 1900, a feminilidade era uma experiência negativa para a maioria das mulheres devido à gravidez, ao parto e às várias doenças que as vitimavam no passado. Depois de 1930, segundo Shorter, as mulheres se viram livres do terrível fardo histórico do corpo, sendo possível viver a feminilidade como um conceito positivo ou uma força vital. Essa “tese” não encontra sustentação nas fontes, pois há pouca discussão sobre a questão do controle da natalidade, por exemplo, e nenhuma discussão sobre o ponto de vista das mulheres em relação àquelas experiências; afinal, como ele afirma, seu estudo seria sobre a realidade corporal de mulheres comuns, com pouca ou nenhuma afinidade com a escrita. A “tese”, portanto, é sustentada pela mediação de fontes exteriores às experiências femininas, o que é no mínimo estranho para uma publicação com a pretensão de ser um estudo sobre as realidades corporais das mulheres.

No entanto, a questão mais controversa desse livro é a relação de causalidade que o autor estabelece entre os “avanços” da ciência e da medicina com uma “plataforma física” que teria permitido às mulheres as condições corporais para se livrar das doenças e do impacto da mortalidade feminina, assim contribuindo para o desenvolvimento do feminismo e do movimento pelos direitos das mulheres. É como se a medicina da mulher, tão duramente criticada pela história social das mulheres, fosse responsável pela liberação do fardo do corpo, por relações mais igualitárias entre os sexos e pelo próprio feminismo e suas causas igualitárias.

Shorter apresenta uma grande variedade de dados estatísticos de instituições hospitalares do final do século XIX e outros testemunhos, inclusive de parteiras oficiais e/ou registradas para se contrapor à ideia das parteiras como representantes da tradição feminina de conhecimentos sobre parto e artes de curar. Essa é outra revisão que o autor faz da história

das mulheres, especialmente dos livros de Ehrenreich e English que exerceram tanta influência na produção histórica sobre o parto e as parteiras. Para Shorter, não houve nas sociedades tradicionais nada próximo às “mulheres sábias” e nem às condições para que as mulheres tivessem controle sobre seus partos. Segundo o autor, nas sociedades tradicionais, o parto era um evento numa rede de costumes e controles da comunidade que reduziam consideravelmente as escolhas das parturientes. Seria “ridículo” pensar que numa sociedade na qual os costumes tivessem um peso tão grande na maneira como as pessoas organizavam suas vidas que as mães tivessem algum tipo de controle ou escolha.

Em que pesem as afirmações apressadas e sem evidências documentais, o livro de Shorter trouxe uma contribuição importante ao problematizar as realidades corporais com dados sobre doenças, mortalidade, práticas relativas à dieta e ao vestuário, às relações entre maridos e esposas e tipos de partos atendidos em hospitais. Mesmo considerando o quanto a interpretação feminista da história da opressão também foi apressada e sem evidências históricas suficientes, o revisionismo histórico de Shorter cai no outro extremo ao analisar o conhecimento médico, suas teorias e tratamentos como se resultassem do progresso linear e contínuo da medicina, sem levar em consideração as ideologias nem o impacto dos valores de classe e de gênero. Em decorrência dessa visão não mediada da medicina, Shorter ignorou o lugar das mulheres numa história que se pretendia ser sobre seus corpos, mantendo-as, da mesma forma que na história oficial da medicina, como sujeitos passivos à espera de uma “plataforma física” positiva, propiciada pela medicina e pelos médicos, que as liberasse do “fardo do corpo” e de relações de gênero abusivas e violentas.

Retornando ao curso da análise sobre a história do corpo, gênero e medicina, destacam-se alguns trabalhos que representam a “virada somática” e as suas inovações teóricas e metodológicas em relação à produção historiográfica sobre as mulheres e a medicina. A primeira questão a ser destacada é a discussão sobre o poder. Diferentemente das análises funcional-construtivistas e marxistas, o poder médico não é considerado uma força repressora e opressora externa aos corpos femininos, exercida de um lugar institucional. Pelo contrário, o conceito de biopoder, conforme Michel Foucault, indica a positividade e produtividade do poder exercido sobre a vida e os corpos, de maneira extensiva e difusa, sem um polo enunciador ou irradiador, presente nas práticas corporais reiteradas pelas disciplinas e pelos próprios sujeitos. A medicalização, portanto, não seria somente uma força repressora sobre os corpos, mas um conjunto de saberes, normas e práticas reiterativas difusas na cultura e nos valores associados à preservação da vida e à normatização dos corpos por diferentes grades, como classe, gênero, raça, idade, desvios, patologias.

Outra importante inovação dessa historiografia diz respeito às relações entre a medicina, a ciência e a cultura. Nas interpretações tradicionais da história da medicina e da ciência é como se esses saberes pairassem acima da sociedade e da cultura, intocados pelas turbulências das opiniões e dos preconceitos e isentos de outros valores que não fossem a razão e a verdade. O diálogo com os estudos literários, bem como a discussão sobre a linguagem como lugar de construção de sentidos e de realidades sociais, representou uma importante mudança hermenêutica na história do corpo. Percebe-se um abandono das “realidades corporais” ou de uma noção materialista do corpo, assim como da “hipótese repressiva” do corpo e do sexo (Foucault, 1980), em direção a uma interpretação do corpo

como texto da cultura; do corpo como agente cultural, “cujas formas e significados mutantes refletem o conflito e a mudança históricos e no qual a política de gênero é inscrita com especial clareza” (Jaggar, Bordo, 1997, p.11).

Um exemplo dessa abordagem cultural do corpo se encontra na coletânea organizada por Catherine Gallagher e Thomas Laqueur (1987), com título bem expressivo da hermenêutica do corpo: *The making of the modern body*. Como explicam seus organizadores, o livro resulta do interesse pela história do corpo em parte pelas interseções com a antropologia cultural e a filosofia fenomenológica, mas principalmente pelo interesse em temas como gênero, sexualidade e a história das mulheres, já bastante consolidados no meio acadêmico pela atuação docente das historiadoras feministas. Referem-se, ainda, à influência de Michel Foucault e seus estudos sobre a centralidade do corpo e da sexualidade nos discursos e nas práticas sociais.

O objetivo do livro é mostrar como as representações e as práticas do corpo sofreram transformações vigorosas entre o final do século XVIII e o começo do século XIX, numa leitura muito próxima aos estudos literários que entendiam o corpo para além de sua materialidade, como representação. É importante lembrar que Gallagher e Laqueur integram o grupo de pesquisadores da revista *Representations*, da Universidade da Califórnia, criada em 1983, com forte presença dos representantes do novo historicismo, com enfoque em temas como literatura, história e estudos culturais (Cooter, 2010). Laqueur (1995), por sua vez, produziu um livro bastante original sobre a história do corpo e do gênero nessa mesma chave hermenêutica, com título muito semelhante à coletânea de 1987, expressando da mesma forma sua compreensão do corpo e do sexo como representações e construções culturais.

Outro exemplo das interseções entre os estudos literários e a história do corpo é o livro de Elaine Showalter (1985), crítica literária e especialista nos estudos culturais. A publicação de Showalter é uma história das relações das mulheres com a loucura, ou de como a loucura passou a ser definida como uma “doença feminina”. Quanto aos textos psiquiátricos, uma fonte tradicionalmente explorada pela história das mulheres, Showalter não os trata como textos isolados do saber/poder médicos, mas como parte da cultura, como parte de uma linguagem escrita e imagética sobre o corpo, a sexualidade e as noções de normalidade e loucura. Showalter utiliza o gênero como categoria analítica, e não como referência identitária; assim, busca ler a produção cultural a partir da diferença feminina e de como o corpo feminino foi transformado pelos significados daquelas categorias.

Um conceito importante nesse livro e em outros sobre a história cultural do corpo é o conceito de representação, oriundo dos estudos literários e da história da arte. A representação não é o reflexo de algo ou uma inversão ideológica, mas uma criação histórica e cultural da realidade; linguagem e texto da realidade. Para Showalter, a leitura histórica da cultura e do corpo não poderia se restringir aos textos médicos; afinal, uma representação até pode ter origem no discurso médico, mas não é suficiente para a sua consolidação e difusão cultural, daí a importância de compreender as redes de sentidos e significados, os intercâmbios e os meios de circulação da representação. Showalter recorre a diferentes fontes para acessar as representações da mulher louca, desde as fontes médicas, passando pelos textos jurídicos e as fontes literárias, mas igualmente as fontes

imagéticas, como pinturas, fotografias e o cinema, procurando articular o saber médico com a cultura e compreender como se constituiu uma linguagem de gênero sobre a loucura, numa instigante análise da linguagem e das interações entre os textos médico-científicos, os textos ficcionais e as imagens.

O gênero como representação da diferença sexual e incorporação (*embodiment*) também é uma categoria central no livro da historiadora Ludmilla Jordanova (1989) sobre as ciências biológicas e a medicina entre os séculos XVIII e XIX. Não se trata de uma história da constituição desses campos nem da profissionalização, mas de como o gênero opera na construção desses saberes e de sua linguagem. É pelo gênero que a autora define a cultura da ciência, que, além dos códigos, vocabulário, hierarquias e instituições científicas, designa mediações culturais, ou seja, as ideias dos especialistas e os saberes não se restringem ao seu meio nem aos seus respectivos campos de atuação, mas se disseminam e se transformam em outros domínios e linguagens da cultura. É por esse procedimento metodológico do uso da linguagem e da produção das representações de gênero que a autora analisa o processo de naturalização do sexo e do corpo, estratégia discursiva e de poder presente nos textos médico-científicos, na literatura e nas imagens realistas da pintura e da fotografia.

Outra importante contribuição desse livro são as aproximações que a autora estabelece entre os conceitos de gênero e raça na cultura da ciência por meio das interações metafóricas, em particular as analogias entre mulheres e negros, entre gênero e raça, questão conceitual também enfrentada por Nancy Leys Stepan (1994) ao pensar nos mecanismos legitimadores das desigualdades sociais presentes nos processos de naturalização das diferenças socialmente construídas.

Também nesse mesmo terreno interdisciplinar da história do corpo e dos empréstimos conceituais dos estudos literários e da história feminista da ciência se encontra o livro de Londa Schiebinger (1994) que trata das relações entre a ciência biológica e o gênero. A autora também procura entender a cultura da ciência pelas mediações, mas sua ênfase é sobre como a categoria da diferença sexual moldou a ciência pelo uso de metáforas, da naturalização e das referências culturais de gênero presentes na produção de um conhecimento engendrado e corporificado da natureza. Nesse sentido, seu livro, como o de Jordanova, representa uma inovação no uso da categoria gênero na análise histórica, pois, de certa forma, os estudos sobre gênero e história continuaram a tratar das representações do corpo feminino ou das teorias sobre a feminilidade produzidas pela ciência e a medicina. Nesses dois livros, as autoras descolam o gênero do sexo, ou de sua face identitária, e o problematizam como categoria da diferença, como forma de organizar e produzir o conhecimento e suas relações com o exercício do poder.

Segundo Schiebinger, o gênero foi um princípio poderoso na organização de visões da natureza, como demonstra ao analisar a taxonomia botânica e a classificação dos mamíferos desenvolvidas por Lineu no século XVIII; a antropomorfização dos animais nos estudos inauguradores da primatologia a partir das interações entre raça e gênero; a política anatômica e suas interações com o colonialismo, bem como gênero e raça foram importantes marcadores para definir quem podia fazer ciência:

A política setecentista tornou-se uma política dos corpos por excelência. Os cientistas tomaram para si a tarefa de descobrir as diferenças imaginadas como naturais aos corpos e fundadoras das sociedades. A intensa investigação sobre a natureza da diferença sexual alavancou a revolução científica do século XVIII (Schiebinger, 1994, p.9).

Estudos como os de Jordanova e Schiebinger representam um ponto de inflexão nos estudos sobre gênero, corpo, ciência e medicina e uma aproximação teórica com a crítica feminista à ciência (Keller, 1985; Harding, 1986). A atenção às ideologias e aos mecanismos de controle social e sexual, tão acentuadas na produção da história social das mulheres, se não desaparecem em suas análises não desempenham uma função explicativa determinante, nem no exercício do poder médico e científico, nem nos processos de exclusão e dominação das mulheres. Também não reduzem o corpo a um efeito ou a uma construção discursiva. Nesse sentido, seus livros apontam para a necessidade de uma perspectiva histórica desses processos culturais de modelação da ciência e da medicina pelo gênero e pela raça.

A partir desse longo percurso historiográfico, mesmo que restrito à produção em língua inglesa, o desafio para os estudos sobre corpo, gênero e medicina na atualidade ainda continua a ser a superação da falsa dicotomia entre ideologia e representação; entre realidades sociais e materiais, efeitos linguísticos e construções de significados culturais. Tal superação requer uma atenção para os processos de assujeitamento, conforme Foucault (1980, 1985) mas também para uma ausência na maior parte dos estudos aqui mencionados: a materialidade dos corpos, a experiência das mulheres com seus corpos.

Não se defende uma atitude revisionista da história social das mulheres, ou de que a matéria do corpo tenha uma realidade anterior às ideias, aos valores ou às representações, como se fosse uma tabuinha à espera das marcas do poder ou das inscrições da cultura. Também é importante enfatizar que a materialidade que se está a reivindicar para a história do corpo e do gênero não se sustenta na irredutibilidade sexual, como se o sexo fosse uma base estável e biológica do gênero, conforme os termos das polêmicas atuais em torno do “retorno” ao biológico contra a “ideologia” de gênero (Butler, 2008).

A história do corpo e do gênero pode contribuir para a superação dessas dicotomias conceituais e historiográficas ao alargar seu escopo analítico para incluir as experiências das mulheres e dos homens com seus corpos. Voltando às considerações de Virginia Woolf sobre a autoridade da imensa produção escrita sobre as mulheres, o que se observa é que as historiadoras feministas deram muita atenção para os discursos médicos, as ideias e os valores dos médicos sobre o corpo feminino, sobre as práticas e as relações de poder. Com escassas exceções, o grande ausente é o corpo feminino, ou melhor, as experiências dos sujeitos femininos (e masculinos) com seus corpos. A história oral tem contribuído bastante para essa correção, mas para períodos históricos mais remotos é necessário ampliar as fontes para além dos discursos médicos. Uma história dos corpos e de suas diferentes realidades pode restabelecer o equilíbrio entre aquela imensa documentação autorizada e suas verdades e as diferentes maneiras como as mulheres e os homens viveram (e vivem) com seus corpos.

## NOTAS

<sup>1</sup> O conceito de contracultura feminista é tomado de empréstimo de Paul Gilroy (2002) ao se referir à produção cultural diaspórica dos negros no Ocidente como uma contracultura da modernidade; uma produção original de escritores e artistas negros criada pelas interfaces entre a experiência histórica da escravidão e do racismo e a experiência intelectual que tiveram com a tradição cultural ocidental e as viagens que fizeram. A produção contracultural seria, portanto, crítica às formas históricas de opressão e violência, mas em relação dialógica com as expressões culturais hegemônicas e contra-hegemônicas ocidentais.

<sup>2</sup> Saber localizado é uma definição proposta por Donna Haraway (1995) em sua crítica ao que chama de “ciência hostil” ou “ciência enviesada”, defendendo “políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazer de conhecimento racional” (p.30).

<sup>3</sup> A história “vista de baixo” como oposta à perspectiva histórica “de cima”, da história das elites ou das classes dominantes, passou a ser um conceito adotado pelas(os) historiadoras(es) a partir da publicação de um artigo de Edward P. Thompson em 1966, intitulado “The history from below”, no *The Times Literary Supplement*. É importante destacar que, mesmo com abordagens diferentes e projetos políticos não necessariamente convergentes, a disputa pela história e sua reescrita por parte de diferentes grupos sociais e políticos nas décadas de 1960 e 1970 teve pelo menos um traço comum, qual seja, “explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história” (Sharpe, 1992, p.41).

<sup>4</sup> A palavra “*healer*” tem uma especificidade na língua inglesa que não se encontra na sua tradução para o português. Na língua portuguesa curandeira ou curandeiro é uma pessoa versada em práticas populares de cura, geralmente associadas às práticas espirituais e religiosas, como rezas e bênçãos. No livro em questão, as autoras usaram a palavra “*healers*” para se referir um conhecimento feminino relativo ao uso curativo de plantas, minerais e mesmo de outras terapias não ortodoxas. No Dicionário Internacional de Inglês de Cambridge, “*healer*” é a pessoa que tem o poder de curar sem recorrer aos métodos usuais da medicina.

<sup>5</sup> Ann Douglas Wood foi professora de inglês da Universidade de Princeton, mas escreveu artigos e ministrou aulas de história. Publicou um artigo sobre as enfermeiras na época da Guerra Civil dos EUA (Wood, 1972).

<sup>6</sup> Esse subtítulo é inspirado no livro de Jaggar e Bordo (1997), referência nos estudos feministas sobre corpo e gênero.

<sup>7</sup> Esta expressão é de Roger Cooter (2010) em artigo sobre a história do corpo.

## REFERÊNCIAS

BORDO, Susan.

O corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: Jaggar, Alison M.; Bordo, Susan R. (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos. p.19-41. 1997.

BRUMBERG, Joan Jacob.

*Fasting girls: the history of anorexia nervosa*. New York: Vintage Books. 1989.

BUTLER, Judith.

*Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós. 2008.

COOTER, Roger.

The turn of the body: history and the politics of the corporeal. *Arbor: ciencia, pensamiento y cultura*, v.186, n.743, p.393-405. 2010.

DONEGAN, Jane B.

*Women and men midwives: medicine, morality and misogyny in Early America*. New York: Greenwood. 1978.

DONNISON, Jean.

*Midwives and medical men: a history of inter-professional rivalries and women’s rights*. New York: Schocken Books. 1977.

DOUGLAS, Mary.

*Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva. 2012.

EHRENREICH, Barbra; ENGLISH, Deirdre.

*Para seu próprio bem: 150 anos de conselhos de especialistas para as mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 2003.

EHRENREICH, Barbra; ENGLISH, Deirdre.

*Complaints and disorders: the sexual politics of sickness*. New York: The Feminist Press. 1974.

EHRENREICH, Barbra; ENGLISH, Deirdre.

*Witches, midwives and nurses: a history of women healers*. New York: The Feminist Press. 1973.

ESCANDÓN, Carmen Ramos (Org.).

*Gênero e história*. San Juan: Instituto de Investigaciones Mora; Universidad Autónoma Metropolitana. 1992.

- FOUCAULT, Michel.  
*Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. 1985.
- FOUCAULT, Michel.  
*História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. 1980.
- GALLAGHER, Catherine; LAQUEUR, Thomas (Org.).  
*The making of the modern body: sexuality and society in the nineteenth century*. Berkeley: University of California Press. 1987.
- GEERTZ, Clifford.  
*A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC. 2008.
- GILBERT, Sandra M; GUBAR, Susan.  
*La loca del desván: la escritora y la imaginación literaria del siglo XIX*. Valencia: Cátedra. 1998.
- GILROY, Paul.  
*O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34; Universidade Cândido Mendes/Centro de Estudos Afro-Asiáticos. 2002.
- GREEN, Monica H.  
Gendering the history of women's healthcare. *Gender and History*, v.20, n.3, p.487-518. 2008.
- GREENBLAT, Stephen.  
O novo historicismo. *Revista Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.244-261. 1991.
- GRONEMAN, Carol.  
*Ninfomania: história*. Rio de Janeiro: Imago. 2001.
- HARAWAY, Donna.  
Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v.5, p.7-41. 1995.
- HARDING, Sandra.  
*The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press. 1986.
- ILLICH, Ivan.  
*A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1975.
- JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Org.).  
*Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos. 1997.
- JORDANOVA, Ludmilla.  
*Sexual visions: images of gender in science and medicine between the eighteenth and twentieth centuries*. London: Harvester Wheatsheaf. 1989.
- KELLER, Evelyn Fox.  
Gender and science: origin, history, and politics. *Osiris*, 2nd Series, v.10, p.26-38. 1995.
- KELLER, Evelyn Fox.  
*Reflections on gender and science*. New Haven: Yale University Press. 1985.
- LAQUEUR, Thomas.  
*Making sex: body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press. 1995.
- LEAVITT, Judith Walzer (Org.).  
*Women and health in America*. Madison: The University of Wisconsin Press. 1999.
- MAUSS, Marcel.  
As técnicas corporais. In: Mauss, Marcel. *Sociologia e antropologia*. v.2. São Paulo: EPU; EDUSP. 1974.
- MCGOWEN, Randall.  
Identifying themes in the social history of Medicine. *The Journal of Modern History*, v.63, n.1, p.81-90. 1991.
- MECHLING, Jay E.  
Advice to historians on advice to mothers. *Journal of Social History*, v.9, n.1, p.44-63. 1976.
- MITCHINSON, Wendy.  
Gynecological operations on insane women: London, Ontario, 1895-1911. *Journal of Social History*, v.15, n.3, p.463-489. 1982.
- MORANTZ-SANCHEZ, Regina.  
*Sympathy and science: women physicians in American medicine*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press. 1985.
- MOSCUCCI, Ornella.  
*The science of woman: gynaecology and gender in England: 1800-1900*. London: Cambridge University Press. 1993.
- OUR BODIES...  
*Our bodies, ourselves*. Boston: Boston Women's Health Collective. 1971.
- ROTHMAN, Sheila.  
*Living on the shadow of the dead: tuberculosis and the social experience of illness in American history*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1994.
- ROWBOTHAN, Sheila.  
*Hidden from history: 300 years of women's oppression and the fight against it*. London: Pluto Press. 1992.
- SHARPE, Jim.  
A história vista de baixo. In: Burke, Peter (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: Editora da Unesp. p.39-62. 1992.
- SCHIEBINGER, Londa.  
*Nature's body: sexual, politics and the making of the modern science*. London: Pandora. 1994.

SHORTER, Edward.

*A history of women's bodies*. Harmondsworth: Penguin Books. 1984.

SHOWALTER, Elaine.

*The female malady: women, madness, and English culture, 1830-1980*. London: Penguin Books. 1985.

SMITH-ROSENBERG, Caroll.

The hysterical woman: sex roles and role conflicts in 19th century America. *Social Research*, v.39, n.4, p.652-678. 1972.

SMITH-ROSENBERG, Caroll; ROSENBERG, Charles.

The female animal: medical and biological views of woman and her role in nineteenth-century America. *The Journal of American History*, v.60, n.2, p.332-356. 1973.

STEPAN, Nancy Leys.

Raça e gênero: o papel da analogia na ciência.

In: Hollanda, Heloisa Buarque de (Org.).

*Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco. p.72-96. 1994.

VERBRUGGE, Martha H.

Women and medicine in nineteenth-century America. *Signs*, v.1, n.4, p.957-972. 1976.

VERTINSKY, Patricia A.

*The eternally wounded woman: woman, exercise, and doctors in the late nineteenth-century*. Chicago: University of Illinois Press. 1994.

WOOD, Ann D.

The fashionable diseases: women's complaints and their treatment in nineteenth century America. *The Journal of Interdisciplinary History*, v.4, n.1, p.25-52. 1973.

WOOD, Ann D.

The war within a war: women nurses in the Union Army. *Civil War History*, v.18, n.3, p.197-212. 1972.

WOOLF, Virginia.

*Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.

